



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

Parecer Jurídico

Processo Administrativo: 16.965/2024

Requerentes: ALCANCE HOME CARE LTDA

**Assunto: Recurso administrativo. Pregão Eletrônico
n. 43/2024. Pelo indeferimento**

A Divisão de Licitação alegou, no evento #1, que a empresa ALCANCE HOME CARE LTDA apresentou recurso da decisão da inabilitação da mesma, conforme ata de sessão de julgamento anexada no evento #1.

Em sua decisão, a Comissão de Licitação assim asseverou:

- A empresa não apresentou Certidão da dívida ativa do Estado, item 9.8.5 do edital.
- Não apresentou Certidão do cartório distribuidor indicando os cartórios competentes, item 9.11.2.
- Não apresentou p CNES, item 9.12.1.1.
- O Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela empresa não atendeu as exigências solicitadas pelo Setor técnico e edital.
- A Proposta apresentada estava em desacordo com o edital.

A empresa apresentou recurso, com documentos, anexados no evento #1, e alega, em suas razões recursais, que a CDA Estadual foi anexada no sistema sob a aba "outros documentos", uma vez que o sistema não dispõe de campo específica para anexar tal documento, e anexou o documento no evento #1, com data de 5 de dezembro de 2024.





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

Alegou que se trata de regularidade fiscal e que, com base no art. 71, § 1º da lei 14.133/21, a empresa possui o prazo de 5 dias úteis para regularização dos documentos.

Dispõe a lei 14.133/21:

Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.

§ 1º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

§ 2º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 3º Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 4º O disposto neste artigo será aplicado, no que couber, à contratação direta e aos procedimentos auxiliares da licitação.

O § 1º do art. 71 da lei 14.133/21 dispõe que **ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa**, e não o que a empresa alegou no recurso, quanto a este ponto, de que tem o prazo de cinco dias úteis para regularização.





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

Quanto aos demais documentos, a do cartório distribuidor, que a empresa não logrou cumprir o edital, a mesma alega que enviou (anexou) na aba "outros documentos" por ausência de campo específico, e reitera o reenvio, na conformidade do item 2.11.2 do edital.

A proposta não foi apresentada conforme o edital, o que foi reconhecido pela empresa.

Alega, em seu pedido subsidiário, que, nos termos do art. 71, § 3º da lei 14.133/21, que a Pregoeira tem a competência para conceder prazo para regularização documental.

Ao contrário do que alega a empresa, o art. 71 e § 3º dispõem que: **encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá: nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.**

Veja que o dispositivo em comento não dá o poder à comissão de licitação ou ao Pregoeiro de conceder prazo para regularização da documentação, mas refere-se à possibilidade, após as fases de julgamento e habilitação, de anular ou revogar o certame, assegurado o contraditório com a prévia manifestação dos interessados.

E quanto à habilitação, não será permitida a substituição de documentos, salvo para complementar informação acerca dos documentos apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e para atualizar os documentos cuja validade tenha expirado após a data do recebimento das propostas, o que não é o caso dos autos.





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

Dispõe a Lei 14.133/21, quanto aos documentos para habilitação:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Por fim, a Administração está adstrita ao edital, e encontra-se a ele vinculado, com base no princípio da vinculação ao edital, nos termos do art. 5º da lei 14.133/21.

Entendo que a empresa não cumpriu as disposições do edital quanto à sua habilitação e apresentou proposta em desacordo com o estabelecido no edital.

Diante do exposto, opino pelo indeferimento do recurso.

À Pregoeira para providências cabíveis.

São José do Vale do Rio Preto 9 de dezembro de 2024.

VICTOR HUGO LAGRECA CASAMASSO
Advogado do Município
OAB/RJ 88801 E Mat. 1481





MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO

RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO

SJVRP/RJ - CEP: 25780-000

FONE (24) 2224-7404



CÓDIGO DE ACESSO

22D93E4B2ED04DB6853C2784AD4A6044

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/22D93E4B2ED04DB6853C2784AD4A6044>